

## CIDADE DA PARAÍHYBA: TRANSFORMAÇÕES NO USO DAS RUAS (SÉCULO XVIII À 1889)

*Andréa Leandra Porto Sales*

(Acadêmica do Curso de Geografia da UFPB; bolsista do PIBIC)

*Doralice Sátyro Maia*

(Profa. Dra. do Dpto. de Geociências da UFPB)

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva analisar as transformações ocorridas no uso das ruas da cidade de João Pessoa, a partir de suas normativas urbanas, do período que vai do século XVIII à 1889. Utilizou-se para tanto uma base documental – cartas, atas, leis, códigos de posturas – coletados no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba e no Núcleo de Documentação de Informação Histórico Regional (NDIHR), que datam do período de 1775 a 1889. Para o entendimento do processo de urbanização resgatamos a história da cidade desde a sua fundação. Para tanto, utilizamos fontes secundárias tais como obras que tratam da história local e abordagens generalizantes de historiadores.

“A relação entre as cidades e seres humanos tem sido encarada de vários pontos de vista. Consideradas produtos da ‘Arte’ humana, elas simbolizam o poder criador do homem, a modificação do meio ambiente, a imagem do artificial, de um artefato enfim...”  
(BRESCIANI, 1994).

Os elementos que dão forma à cidade – ruas, casas, praças - revelam toda uma estrutura social nela presente. E é na forma, na materialidade que as relações sociais se tornam visíveis. No entanto, toda a projeção que se realiza na formas da sociedade na cidade constitui apenas uma parte dela. A cidade irá trazer a imagem do dado momento, ela será construída e reconstruída segundo a vontade, o desejo, o esforço e a reflexão do homem, criando assim símbolos que marcarão época. No entanto, essa construção-reconstrução ocorrem diariamente, ela se faz fruto do cotidiano tornando assim, a cidade uma obra inacabada e eternamente dinâmica.

A rua como elemento da paisagem citadina justifica os adjetivos dados à cidade: inacabada e dinâmica. É na rua como espaço do público e ora do privado que a vida acontece, nela se dá o lugar do encontro e é ela e nela que se tornam possíveis outros lugares para o encontro. Assim, o cotidiano é para a rua o mesmo que a rua é para a cidade “um instrumento e um resultado”.

No processo de urbanização, a rua é onde se concretizam as transformações na trama física e na paisagem da cidade, é também o lugar de manifestações das relações

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 109-115
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

sociais, das diferenças e das normatizações do cotidiano em momentos históricos diversos. Assim, na rua o dia a dia da sociedade é realizado construindo um cotidiano que é modificado pelas intervenções sancionadas, e que ao mesmo tempo influencia e provoca mudanças dessas intervenções.

O presente trabalho objetiva analisar as transformações ocorridas no uso das ruas da cidade de João Pessoa, a partir de suas normativas urbanas, do período que vai do século XVIII à 1889. Utilizou-se para tanto uma base documental – cartas, atas, leis, códigos de posturas – coletados no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba e no Núcleo de Documentação de Informação Histórico Regional (NDIHR), que datam do período de 1775 a 1889. Para o entendimento do processo de urbanização resgatamos a história da cidade desde a sua fundação. Para tanto, utilizamos fontes secundárias tais como obras que tratam da história local e abordagens generalizantes de historiadores.

A Cidade da Parahyba foi fundada no dia 05 de agosto de 1585, com o nome de Nossa Senhora das Neves. Até chegar à denominação Cidade da Parahyba a própria recebeu diversos nomes que condiziam com o dado momento histórico. A sua instalação inicial deu-se a partir do rio Sanhauá e no topo da colina:

“(…) Sabe-se que as primeiras edificações da cidade, hoje denominada João Pessoa, foram erguidas aproveitando a topografia local – margem de rio e tabuleiro (planalto costeiro) ou entre o rio e a colina.”(MAIA, 2003, p.4).

Na Cidade de Nossa Senhora das Neves, assim como na maioria das cidades brasileiras, nos primórdios da sua história, as edificações eram poucas. Ela era dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa e as poucas edificações que haviam distribuíam-se da seguinte forma: na Cidade Alta estavam as igrejas, cadeias e prédios administrativos e na parte baixa encontravam-se os armazéns para as mercadorias que desembarcavam no porto. Devido à pequena quantidade de habitantes, as edificações retratavam às necessidades básicas da população, tais como açougue, cadeia e igrejas. Eram ao todo sete igrejas no período colonial. A forte presença dos edifícios religiosos quando a população não passava dos 1.500 habitantes, demonstra a grandiosidade do poder ideológico e político exercido pela mesma. Esta expressiva presença dos edifícios religiosos, bem como das ordens religiosas nos espaços urbanos caracteriza a urbanização brasileira até o século XIX. Murilo Marx (1989) analisa a transformação dos espaços urbanos públicos brasileiros dedicando alguns capítulos aos conceitos religiosos adotados nos espaços urbanos. Como explica Marx:

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 109-115
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

“O espaço urbano público no Brasil evoluiu lentamente do sagrado para o profano. Através das mudanças em seu conceito, uso, âmbito e trato é possível acompanhar a passagem da predominância religiosa, em seus primórdios, para a secular, nos dias atuais, processo que ocorreu também em todo o mundo europeu nos tempos modernos e particularmente no século XIX, mas foi de maiores conseqüência urbanísticas aqui do que nos demais países americanos de colonização ibérica.” (MARX, 1985, p.7)

Esse poder era expresso na ordem e calma da cidade como bem relatam os livros *Roteiro Sentimental de Uma Cidade* de Walfredo Rodrigues e *A Cidade de João Pessoa A Memória do Tempo* de Wellington Aguiar. “Era uma Cidade Santa por causa da serenidade dos hábitos, decência e pacatez de vida. Nessa época a criminalidade praticamente desapareceu aqui” (AGUIAR, 2002, p.97).

No período colonial predominavam as ruas tortuosas caracterizadas por Regina Meyer como ‘rua caminho’ que revelam a simplicidade dos espaços, como bem desenhava os limites da cidade, além de retratar a vida social pouco dinâmica. Nesta época a rua apenas dava acesso aos vizinhos e às igrejas. Para Mauricio de Abreu (1996), a vida social das cidades no Brasil Colônia era pouco movimentada, uma vez que as cidades resumiam-se a “*um ponto de controle do território*” (ABREU, 1996, p.3). Isso pelo fato da vida econômica e social brasileira está centrada na grande propriedade rural, onde as fazendas e engenhos se apresentavam como independentes e auto-suficientes.

Mauricio de Abreu, nesse mesmo estudo – “Pensando a Cidade no Brasil Colônia” – faz uma abordagem direta sobre as peculiaridades das cidades colonizadas pelos portugueses e pelos espanhóis. Segundo o autor, o Nordeste teve seu princípio de colonização iniciado pelos portugueses embora tenha ficado alguns anos sob domínio dos espanhóis, pela regência de Felipe II. Neste período, a Cidade da Parahyba passou a ser chamada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. O que Abreu contesta é a afirmação em muitos estudos, principalmente na obra de Sérgio Buarque de Holanda, que as cidades colonizadas pelo domínio português não tenham sofrido nenhum tipo de ordenamento, normativa ou qualquer grau de intervenção.

Empenhado na defesa dessas afirmações, o referido autor justifica dizendo que a comparação de planos de cidades revela nada mais que a diferença entre as colonizações portuguesas e espanholas. Nesse sentido, as ruas enquanto expressões das cidades apresentavam características que se tornaram distintas entre as colonizações. Para os espanhóis, existia uma lei que orientava todo o processo de colonização, chamado de *As Ordenações de Descobrimento e Povoamento de Felipe II*. Assim, os traçados das ruas

das cidades de colonização espanhola eram regulares e obedeciam a um plano geométrico e os locais onde seria construído o edifício da administração, assim como as igrejas e residências eram escolhidas previamente. Em contrapartida, as cidades de colonização portuguesa embora não estivessem subordinadas à lei de edificações não se podia dizer que estas cidades se estruturaram sem ordem nenhuma.

É nesse contexto que se constrói a cidade de Nossa Senhora das Neves, que surge já enquanto cidade. Contudo, os costumes citadinos eram tipicamente rurais e isto poderia ser mais bem observado através das poucas edificações que em cujos quintais havia o cultivo de certas frutas e hortaliças bem como a criação de galinhas e outros animais. Estas atitudes, ditas como rurais, apresentavam-se também nas relações mantidas pelos habitantes e refletiam-se na forma da cidade: ruas esburacadas e fétidas, devido o despejamento de lixo doméstico que se misturava aos dejetos dos animais que viviam nas ruas.

A partir do século XIX vê-se as primeiras mudanças no espaço citadino brasileiro e paraibano. Na verdade aconteceram algumas alterações desde o século XVIII, mas só no século subsequente é que surgem as primeiras intervenções urbanas. As ruas agora passam a ser denominadas segundo Regina Meyer de “ruas do código de posturas”. Na antiga cidade de Nossa Senhora das Neves, agora Cidade da Parahyba, as ruas novas ou as que já existiam passam a ter largura, plano geométrico, higiene e embelezamento pré-determinados. Como bem relatam os documentos coletados:

“A Câmara Municipal da Cidade de Parahyba do Norte determina: Artigo 1ª Qualquer pessoa, que fabricar alguma casa nova, que for bocó deverá deixar espaço de 24 palmos craverços para sua largura... (decreto nº 14 aprovado em 1831); Em satisfação do artigo 49 da lei de orçamentos de 8 de outubro de 1833, que arremata que as obras publicas sejam administradas pelo presidente, (...), arrematada a obra dos travessões das ruas desta cidade, recebeu para começo dela,...),por este excelentíssimo governo a quantia de 1.349\$600 réis...”(Carta ao Vice-presidente da província João Coelho Bastos, 1836).

No século XIX, mudanças profundas ocorrem na sociedade paraibana, no plano político - passagem da Colônia para o Império – nos planos econômico e social - vinda da família Real para o Brasil, passagem da predominância religiosa para a secular, introdução da modernidade – acarretando assim mudanças na ordem espacial brasileira, conseqüentemente na paraibana. As normativas e leis sancionadas vêm a modificar não só as formas das ruas, mas também o seu uso. As cenas antes costumeiras passam a ser agora punidas com rigor e multas. Entre as proibições temos: o correr e galopar de

cavalos nas ruas, a retirada de animais das ruas, a proibição de jogar lixo na rua. Essas normativas e leis modificam as relações sociais, mas imediatamente impõem outros costumes que vão sendo lentamente modificados com o surgimento de novas normativas e leis tornando esse processo contínuo e dinâmico.

Com a industrialização e a modernização já latentes nos países europeus, processou-se uma série de mudanças na urbanização brasileira. Muitas cidades foram criadas e outras modificadas com a chegada de equipamentos que dominaram e influenciaram esse espaço urbano. A cidade da Parahyba dentro desse processo caracterizou-se como lenta, mostrando assim que a forma da cidade não depende unicamente das relações imediatas (indivíduo para indivíduo) como bem diz Levebvre:

“... ela não se reduz mais as organizações dessas relações imediatas e diretas, nem a suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações. Ela se situa no meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima (...) e a ordem distante...”. (LEVEBVRE, 2001, p.46)

Nesse momento, quando se inicia o que se denomina de sociedade moderna, o que era destaque deixa de ser, pois a vida moderna é efêmera e tende sempre a suplantar senão substituir o que outrora era utilizado. Para Marshall Berman em “*Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*”, a modernidade aparece agora como “*algo surpreendente vago, difícil de determinar*” (Berman, 1986, p.130). As igrejas e os conventos deixam de ser alvo dos olhares, agora, os prédios públicos, os teatros, as ruas passam a ter destaque para a sociedade que já não tem uma vida tão pacata devido aos equipamentos (luz, água encanada, praças) implementados tanto para o lazer como para o consumo.

Nos documentos coletados faz-se oportuno revelar o constante número de cartas, atas e relatórios referentes à guarda nacional como a seus prédios. Ainda neles convém também destacar o grande número de solicitações de obras públicas para consertos e construções de estabelecimentos e edificações na Cidade Baixa, demonstrando assim, essa área como a mais carente da cidade. No século XIX, na Cidade da Parahyba, a parte baixa da cidade, também chamada de Varadouro, caracteriza-se por alocar os armazéns, lojas e residência dos trabalhadores. A principal rua desta área da cidade era a Maciel Pinheiro, antiga Rua Conde d’Eu onde havia o maior número de edificações. A constar pelos nomes dados a essa rua - Convertidas e do Comércio – comprova-se que o comércio realmente vigorava nesta parte da cidade e que nela se abrigava a classe trabalhadora e também alguns comerciantes da cidade.

O próprio dia a dia, expresso nas cartas, ofícios e nas fotografias, revelava as contradições existentes entre Cidade Alta e Cidade Baixa. Nesta última, o dia começava mais cedo e as pessoas dirigiam-se para seus estabelecimentos comerciais quando já não moravam nele, pois nessa época a arquitetura dos sobrados compartimentava nos andares de cima, a residência e no térreo, o estabelecimento comercial. Na Cidade Alta os indivíduos acordavam mais tarde e dirigiam-se para as escolas e repartições públicas e o dia terminava mais cedo com o retorno às suas casas. O contraste entre essas duas áreas da cidade não se dava apenas pela sua topografia, prédios e outros tipos de edificações, mas também pela população que circulava pelas ruas: a classe trabalhadora sempre no Varadouro e a elite sempre presente na Cidade Alta.

Todavia, apesar do aformoseamento, do embelezamento, do nivelamento das ruas um dos ícones mais significativos para o surgimento da vida urbana foi à implementação da iluminação, desde os lampiões à energia elétrica. Como diz MAIA,

“(...) esses incrementos determinaram usos diferenciados das ruas da cidade, como também alteraram sua paisagem” (2003, p.6),

O fato é que a iluminação veio tirar a escuridão da cidade, ela colocou as pessoas nas ruas, a vida social passou a ter outra dinâmica, a noite iluminou-se e tirou o medo oriundo da escuridão.

Na Cidade da Parahyba a iluminação pública chegou na década de 20 do século XIX, com os lampiões de azeite na Cidade Alta, demonstrando desde já o privilégio que é dado pelo poder público à elite paraibana. A parte baixa só vem receber esses incrementos com alguns anos de atraso e assim como na parte alta eles se localizavam apenas nas ruas mais importantes da área.

No entanto, assim como a iluminação e o abastecimento de água entre outros incrementos só surgem no século XIX e causam profundas transformações na forma e no uso das ruas da cidade. O cotidiano altera o espaço da cidade e é alterado por ele simultaneamente e diariamente. As ruas a partir desse século passam a ter grande expressividade na vida da sociedade paraibana. As implantações desses equipamentos aliadas às intervenções urbanas modificam a sociedade, a rua e a cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Pensando a cidade no Brasil do Passado*. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 109-115
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar, aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Nas ruas, o caminho da cidade*. Cadernos de Histórias de São Paulo: A cidade e a rua, São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, n.2, p.26-38, janeiro –dezembro 1993.

CARLOS, Ana Fani. A Cidade. São Paulo, Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. *A rua: a espacialidade, o cotidiano e o poder*. In: Anais do IX Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, julho 1992

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo, Centauro, 2001.

MAIA, Doralice Sátyro. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*. São Paulo, 2000. Tese. Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. *As Intervenções Urbanísticas e As Transformações das Ruas da Cidade da Parahyba*. In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História, julho 2003.

MARTINS, Ana Luiza. *A Invenção e/ou Eleição dos Símbolos Urbanos: História e Memória da Cidade Paulista*. In: BRESCIANI, Stella (org). Imagem da Cidade, Século XIX e XX. São Paulo, Marco Zero, 1994.

MEYER, Regina Maria Proserpi. *O Papel da Rua na Urbanização Paulistana*. Caderno de História de São Paulo: A cidade e a rua, São Paulo, Museu Paulista da universidade de São Paulo, n.2, p.13-23, janeiro – dezembro 1993.

PERREIRA, Renata de Faria. *As transformações da Rua do Ouvidor: 1874-1988*. Ciência Hoje V. XII nº71, março. 1991.

RODRIGUEZ, Walfredo. Roteiro sentimental de uma cidade. João Pessoa: A União, 1994